

**A ESCOLA KARITIANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DE
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO MADEIRA**

**THE KARITIAN SCHOOL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE
CONTEXT OF SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE MADEIRA
HYDROELECTRIC PLANTS**

Adriana Francisca de Medeiros^{1*}, Adnilson de Almeida Silva, Simone Ferreira de Athayde³

1. Universidade Federal do Amazonas

2. Universidade Federal de Rondônia

3. Florida International University, Department of Global and Sociocultural Studies

* Autor correspondente: e-mail afdemedeiros@gmail.com

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa o papel da escola indígena no contexto dos impactos socioambientais provocados pela construção de hidrelétricas na Terra Indígena Karitiana, Rondônia, Amazônia brasileira. A pesquisa priorizou a compreensão de como a escola participou do processo de resistência e consulta e como tem contribuído para o enfrentamento dos problemas decorrentes dessas mudanças. Aborda a concepção atual de educação escolar indígena como diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, a partir da compreensão desse espaço como lugar de reflexão crítica, de exercício para cidadania e autonomia indígena. O estudo aponta para o fato de que, embora a educação escolar indígena tenha sido imposta como mais um demarcador territorial sobre os povos originários, através de reivindicação e lutas, ela se transformou em uma ferramenta para promover o empoderamento político e técnico dos povos indígenas. O desenho metodológico apoiou-se em estudo de caso com abordagem qualitativa, além da revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com professores indígenas e pessoas da comunidade. Quanto ao referencial teórico, optou-se pelos estudos realizados sobre a temática de impactos socioambientais e educação indígena que fundamentam as Políticas Públicas e os documentos oficiais. Os resultados da investigação apontam que a educação indígena ainda não consegue romper com a cartilha dos conteúdos pré-estabelecidos pelo sistema de ensino e ignora as questões latentes na comunidade e não consegue estruturar-se como uma escola diferenciada e específica que dialogue com a comunidade para promover a sua autonomia e identidade.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Karitiana. Impactos.

ABSTRACT

This study analyzes the role of indigenous schools in the context of the social and environmental impacts caused by the construction of hydroelectric plants in the Karitiana Indigenous Land, Rondonia, Brazilian Amazon. The research focused on understanding if and how the school participated in the process of resistance and consultation, and whether it has contributed to the problems faced by these changes. It addresses the current conception of indigenous school education as differentiated, specific, intercultural and bilingual, viewing the school space as a place of critical reflection, exercise for citizenship and indigenous autonomy. The study points to the fact that, although indigenous school education was imposed as another territorial delimitator on indigenous peoples, through claims and struggles, it has become a tool to promote the political and technical empowerment of indigenous peoples. The methodological design adopted a qualitative approach to analyze a case study, included bibliographic and archive research, and also the conduction of semi-structured interviews with indigenous teachers and community members. Regarding the theoretical framework, we opted for studies addressing the theme of social-environmental impacts and indigenous education, which inform public policies and official documents. The results indicate that the Karitiana school still cannot break with the pre-established limitations of the education system and ignores latent issues in the community. The indigenous school still cannot structure itself as an institution that dialogues with the community to promote their autonomy and identity.

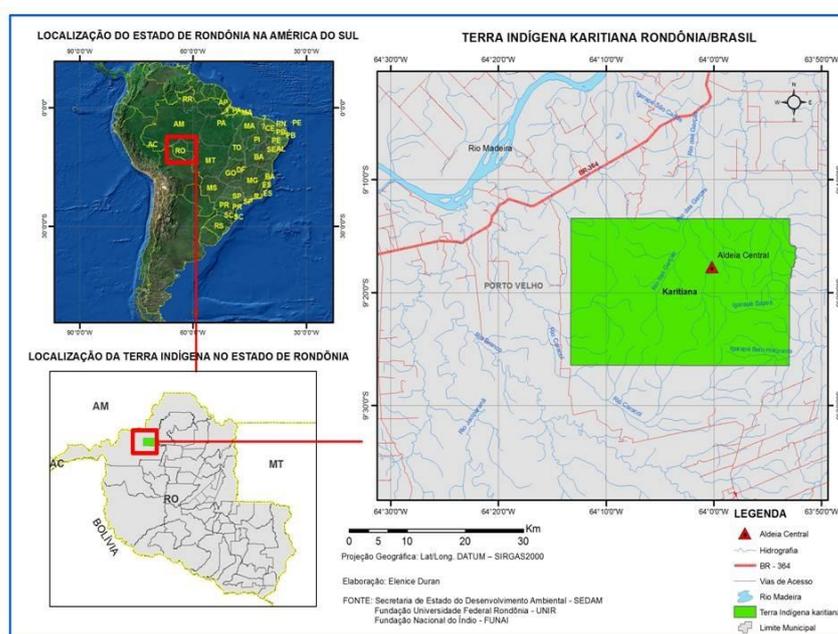
Key words: Indigenous school education, Karitiana. Impacts hydroelectric dams

1. INTRODUÇÃO - – QUEM SÃO OS KARITIANA?

O povo Karitiana, vive no Estado de Rondônia – Brasil totaliza uma população de aproximadamente 320 pessoas. Dentre estas, a maioria¹ reside na aldeia Central, denominada *Kyôwã* (“*Sorriso de criança*”), a 95 quilômetros ao sul de Porto Velho.

De acordo com os Karitiana, o nome designado para essa etnia, foi dado pelos seringueiros, que conforme relatos, nos primeiros contatos, ao se aproximar dos não indígenas eles falavam “ytakatari yn”, que significa na língua Arikém² “já vou embora”, esta expressão foi interpretada pelo não indígena como Karitiana³.

Imagem 01 - Mapa da Localização da TI Karitiana no estado de Rondônia



Localização da TI karitiana no Estado de Rondônia – Brasil. Elaboração Elenice Duran da Silva (2018), a partir de dados da SEDAM, UNIR, FUNAI.

Os primeiros registros da existência do povo Karitiana, foram notificados por Marechal Rondon. Pouco se sabe da história dos Karitiana antes do século XX. Observa-se um movimento “descontínuo e de resistência”, por parte dos indígenas nesse processo de aproximação. Depois desses apontamentos de Rondon, eles reaparecem documentalmente nos registros da igreja de Porto velho em 1957 por ocasião do batismo de Antônio Mores e José Pereira. [1]

O contato do povo Karitiana com o não-indígena tiveram dois momentos marcantes e decisivos. O primeiro foi com os seringueiros, que no início do século XX habitavam a região

¹ 210 pessoas

² A única língua sobrevivente da família Arikém, que por sua vez é uma das dez representantes do tronco linguístico Tupi.

³ Informação colhida nas conversas informais com os professores indígenas

do Candeias e do Vale do Jamari. No processo de desenvolvimento dessas regiões estabeleceram-se confrontos interétnicos,⁴ devido o avanço da exploração da seringa fez-se necessário a conquista da mão de obra indígena, a princípio em trocas de presentes e posteriormente a exploração da mão de obra silvícola. [2]

O segundo corresponde a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI). Que objetivava amenizar os conflitos existentes entre exploradores e indígenas. Essa fase ficou caracterizada por um intenso processo de escolarização que visava a “integração dos indígenas à comunhão Nacional” que se estendeu pelas primeiras décadas do século passado, sob a responsabilidade de religiosos.

A luta e resistência faz parte da história do povo Karitiana, que assistiram os impactos sobre suas terras desde a construção da linha telegráfica Cuiabá – Amazonas, pela exploração da seringa e do minério, da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e dos projetos de colonização do Estado de Rondônia. Nessa trajetória foram submetidos a um processo de pacificação e de espoliação e atualmente vivenciam mudanças ocorridas no seu território ocasionadas pela construção de duas hidrelétricas próximas a suas terras.

2. OS IMPACTOS AMBIENTAIS E A ESCOLA KARITIANA

Santo Antônio e Jirau, formam um dos maiores projetos de geração de energia elétrica na Amazônia e estimam uma potência instalada de 6.450 MW (3.150 MW em Santo Antônio e 3.300 MW em Jirau). [3]

Os estudos de inventário e viabilidade do projeto aconteceram entre os anos de 2001 e 2006. Em 2008 as obras foram iniciadas. Em 30 de março a hidrelétrica recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica para iniciar sua operação. As obras de construção foram concluídas em dezembro de 2016.

A hidrelétrica Santo Antonio e Jirau fazem parte de um Projeto de Iniciativa Integração Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, que tem como finalidade promover o desenvolvimento, a competitividade, a sustentabilidade e a integração dos países sul americanos⁵. Estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC⁶, o qual

⁴ Esse contato também fez surgir muitas doenças desconhecidas que provocou a morte de muitos indígenas.

⁵ Brasil, Peru, Bolívia, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai, Equador, Guiana e Suriname.

⁶ Em 2007, foi criado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em seguida foi lançado a segunda etapa do programa (PAC2), em 2011. Com duração de 4 (quatro) anos o PAC – 1, objetivou estimular o investimento

prevê a construção de diversos projetos de geração de energia elétrica na região Amazônica, sobrepondo os interesses dos povos que vivem na região.

A proposta de desenvolvimento da IIRSA é baseada em um projeto neoliberal que visa o lucro através da exploração dos recursos naturais. Para instalação e funcionamento exige-se um procedimento administrativo que rege as normas para a execução do projeto, chamado licenciamento ambiental.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, instituído pela Lei 6.938/81, se configura em um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. O citado decreto ainda normatiza os três tipos de licenças⁷ a serem emitidas pelo poder público no processo de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental, de acordo com o Art. 23 da Constituição Federal, com o Decreto Legislativo Nº 143/2002 e com Decreto Presidencial Nº 5.061/2004, o governos deverá ouvir os povos indígenas quando os empreendimentos afetarem seus territórios.

O processo de licenciamento e instalação das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau foi marcado por arbitrariedades de inúmeras ordens, especialmente com relação aos direitos das comunidades atingidas, que ignorou os direitos consignados pela Constituição Federal, pela legislação ambiental que os regulamenta e pelas convenções internacionais.

Durante o processo de licenciamento o povo Karitiana como os demais atingidos, pescadores e ribeirinhos receberam apoio de alguns órgãos não governamentais, como o Instituto Madeira Vivo – IMV, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e também do Conselho Missionário Indigenista – CIMI, para ajudá-los na compreensão do

privado em obras de infraestrutura baseado em três “eixos” de investimento, assim intitulados: (1) Logístico: onde estão incluídas as obras de transporte terrestre e fluvial. (2) Energia: onde estão incluídas obras dos setores elétrico e petrolífero. (3) Infraestrutura Social: onde se incluem as obras de construção e ampliação de metrô; habitação e saneamento; acesso à água; e o programa Luz para Todos. O PAC- 2 ampliou alguns eixos, porém o objetivo principal foi à continuidade do PAC 1.

⁷ Art. 19. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação

processo de licenciamento e dos efeitos dos impactos socioambientais que poderiam afetar seus territórios.

Ao estudar o processo de licenciamento ambiental do qual os povo Karitiana participaram recentemente, foi possível visualizar que praticamente não houve resistência, um pequeno grupo que levantou algumas questões, foi silenciado pelas promessas feitas pela empresa. As lideranças também foram ofuscadas pela possibilidade da materialização das resoluções de muitos problemas da aldeia, e alguns ficaram à frente das negociações. Esse grupo incluía o presidente da Associação Karitiana e outras lideranças da comunidade.

É perceptível os pontos nevrálgicos do processo de licença ambiental no Brasil, a partir do licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, do Consórcio Santo Antônio Energia, que se destaca pelos conflitos de interesses, entre os empreendedores, o Estado e os atingidos, um embate de forças desiguais, de um lado, as empresas que buscam o lucro com a geração de energia e o Estado com o objetivo de conformar vidas, em nome do “progresso” e, na outra margem, as vítimas totalmente desinformadas e, por conseguinte, ludibriadas e usurpadas dos seus direitos a uma vida digna.

Diante desse cenário, qual a percepção do grupo impactado? Como acontece o processo de consulta e participação? Quem participa?

Com o intuito de desvelar essas questões, dezessete representantes da comunidade Karitiana da aldeia Central foram entrevistados com objetivo de identificar se os mesmos perceberam impactos na aldeia Central, e se foram, quais são, e como se deu a participação destes no processo de licenciamento ambiental, baseado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dá direito aos indígenas de serem consultados caso suas terras sejam impactadas por empreendimentos.

A seguir, apresentamos um quadro que resume a percepção dos impactos segundo os moradores da Aldeia Central

QUADRO 01 - Percepção dos impactados

IMPACTOS	
SOCIAIS	AMBIENTAIS
Mudanças na hierarquia (governabilidade) da aldeia	Seca do Igarapé Sapoti
Enfraquecimento das festas tradicionais	Escassez de peixes
Mudanças comportamentais	Diminuição da caça
	Invasões de terras
	Doenças na comunidade
	Dificuldades com plantio de roças

Fonte: dados compilados a partir das entrevistas realizada com o povo Karitiana

Os entrevistados se reportaram frequentemente à degradação dos recursos naturais em comparação ao “tempo de antigamente”⁸ e às terras do Candeias, de acordo os mesmos nesse último território, ocupado hoje por uma parte dos Karitiana, ainda é possível encontrar com peixe e caça, porque sofre menos com as influências do impactos provocados pela construção das hidrelétricas, haja vista encontrar-se um pouco mais distante da represa.

Todos concordam, ainda, que o igarapé Sapoti, secou, e que há irregularidades no nível da água e escassez de peixe, provocados pelo barramento (proprietários de terras vizinhas) dos afluentes que abastecem o rio da aldeia, provoca a quase extinção da jatuarana, um peixe usado em um dos seus rituais, uma das principais causas pelo qual a festa não acontece há anos.

A respeito da escassez de peixes, uma pesquisa realizada no Rio Madeira sobre os níveis hidrológicos e produção pesqueira, diagnosticou que os peixes migradores como a jatuarana, têm sua migração fortemente relacionada com a variação do nível hidrológico. A Alteração provocada pelas hidrelétricas no nível hidrológico pode afetar a migração desses peixes, ocasionando uma diminuição de algumas espécies em determinadas áreas. [4]

O problema em questão já foi diagnosticado anteriormente, como no Relatório Diagnóstico Final e Avaliação de Impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau de dezembro de 2014, elaborado [5], neste encontramos uma possível explicação para o problema do Rio Sapoti

Um dos problemas detectados nos estudos realizados pela FUNAI em 2003 foi o desmatamento da mata ciliar ao longo do igarapé Sapoti (Garça), na área limítrofe da aldeia, o que pode levar ao seu assoreamento.

Fomos informados, ainda, que foi construída por fazendeiros no rio das Garças, uma barragem que está impedindo a subida dos peixes. Já desaparecem espécies tais como: jatuarana, surubim, piau, cuiucuú, tucunaré, peixe cachorro, pacu e outros. Além disso, como anteriormente colocado, no interior da área há escassez de peixe. Os rios que a cortam são de pequeno porte e para terem uma quantidade de peixe suficiente, os índios, via de regra, cruzam os limites da área indo até o igarapé Preto, e o rio Candeias e afluentes. A questão foi levada à Administração Regional da FUNAI e SEDAM- RO. [5,p.75]

⁸ Expressão usada pelos Karitiana para se referir ao passado

Anteriormente as dificuldades relativas à pesca no igarapé Sapoti, já mencionadas em trabalhos científicos, a exemplo da pesquisa de [1]

[...] os moradores da aldeia reclamam da escassez de peixe: em 2006, por exemplo, os Karitiana me informaram que não encontravam mais jatuaranas porque um fazendeiro represou o rio das Garças ao norte da terra indígena para a formação de um tanque de piscicultura, impedindo que os peixes subissem o rio [...]. [1,p.100]

A preocupação persiste, e é expressa nas falas dos informantes, ao se repetir palavras “*nesse rio aqui até porque quando seca fica sequinho, sequinho [...]*” (Osori) “*só que a água secou, secou, secou mesmo*” (Jeokon). De acordo com os entrevistados nos meses agosto, setembro e outubro o rio fica literalmente seco.

Talvez a escassez de água, se configure um dos maiores problemas ambientais da aldeia, nos dias atuais, “*o rio não cresce mais*” (Expressão usada pelos indígenas, para dizer que o rio não enche mais), as falas dos entrevistados não situam ano, quando relatam com certo saudosismo a cheia do igarapé Sapoti, que conforme os mesmos, está cada dia mais raro ver o “*rio crescer*”.

Além do peixe, a caça faz parte da base alimentar dos Karitiana. Foi mencionado que as atividades de caça sofreram mudanças, está cada dia mais rara e mais distante, são realizados longos percursos na floresta para serem alcançadas e leva-se muito tempo na captura. Na cultura do povo Tupi-Arikém, essa atividade de caça é, tipicamente masculina. É uma atividade de socialização, quando se consegue capturar um animal de grande porte, este é entregue ao cacique que fica responsável em dividir com a comunidade e as mulheres cuidam da parte de preparação da carne, porém, nos dias atuais essa redistribuição está cada vez mais infrequente.

De acordo com os relatos, a rarefação da caça está no fato da terra indígena sofrer invasões (agravadas nos últimos tempos), que ocasiona o afastamento dos animais e pela restrição da reserva, que no período da demarcação restringiu a terra sem contemplar a terra do Candeias⁹. Apesar, das dificuldades mencionadas, os indígenas conseguem abater macacos – a carne mais apreciada, cotias, pacas e porco do mato, porém, bem menos que “no tempo de antigamente”. Um relato durante as entrevistas nos chamou atenção, de acordo com a entrevistada, nos dias atuais os animais abatidos não são distribuídos para toda aldeia, como era em tempos outrora, poucos são os que compartilham a caça adquirida. Na atualidade, os

⁹ Os Karitiana afirmam serem estas suas terras tradicionais

que conseguem abater os animais em caça “*vendem para os parentes*”. A mudança dessa prática se deve as relações comerciais que começaram a serem mais comum depois da construção das hidrelétricas, segundo a entrevistada.

As dificuldades inerentes a alimentação da caça e do peixe, talvez explique a dependência cada vez mais de produtos industrializados adquiridos na capital Porto Velho e até de outros tipos de proteínas com carnes de boi e frango. Em relação às aves é muito comum as famílias criarem na aldeia para o consumo.

A preocupação com a proteção da Terra esteve presente em quase todas as falas dos entrevistados. Alguns destes mencionaram as invasões de terras por madeireiros após a construção da UHE, seus relatos revelam uma grande preocupação, *Osori*, situa esse fenômeno com o advento das Hidrelétricas. Segundo o mesmo, é uma preocupação constante a falta de fiscalização por parte de órgãos competentes, que causa vulnerabilidade em relação à gestão territorial.

Esses impactos sobre o território Karitiana já foram descritos anteriormente na pesquisa de [5],

A construção de usinas hidrelétricas impacta os territórios; a exploração de minérios acarreta a destruição do solo, e diversas formas de criminalidade; invasão e grilagem de terra; exploração ilegal da flora e da fauna nativa, em especial o contrabando de madeira; construção de estradas que cortam terras indígenas; etc. Tudo isso são lógicas distintas de relações com o território.

A problemática da posse e uso das terras tradicionais dos povos indígenas por aventureiros e o descaso das autoridades públicas fortalece os latifundiários, em especial a demora na demarcação das terras, e os modelos educacionais que ainda carregam resquícios do modelo assimilacionista de integração e submissão cultural e linguística.

O avanço dos fazendeiros e madeireiros sobre os territórios tradicionais dos povos indígenas de Rondônia carece de uma análise crítica que contribua para as discussões sobre território, territorialidade, demarcações e redefinições de espaços concernentes ao atendimento do segmento indígena. [5,p.83]

Ainda segundo *Osori*, outro aspecto a ser observado é incidência de câncer na população Karitiana, após a construção da barragem, *Primeiramente quando chegou a energia, não sei se foi energia, ou é clima que faz isso, a gente não tinha essa doença chamada câncer não, depois dessa barragem, primeiro foi meu tio que tava com câncer, o segundo minha tia, terceiro meu irmão morreu de câncer, só depois da construção da barragem, quem sabe? A doença fica no ar.*

A explicação para o citado fenômeno, sob a perspectiva dos indígenas é descrito por [1]

Entre os Karitiana a doença (*kida oti*) é uma ameaça sempre presente: ela está “no ar”, o tempo todo em torno da aldeia, assim como em volta dos indivíduos, sempre

disposta a transpor as barreiras e penetrar no terreno ocupado pelas residências e, após isso, nos corpos. Diz-se que a doença encosta no corpo, ou que ela “tem veneno”, e que sua proximidade é responsável pelo adoecimento e morte. [1,p.92]

É possível sugerir, que na percepção Karitiana, há uma ligação direta entre as modificações ocasionadas como abertura de estradas, fumaça produzida pelos carros e máquinas com o aparecimento de doenças entre seu povo. Para eles, antigamente, antes do contato, o povo não adoecia, a malária, a diarreia, a tuberculose¹⁰ foram trazidas pelo não-indígena nessa conexão estabelecida através da abertura da passagem da floresta, que os torna vulneráveis, haja vista, seus rituais profiláticos e remédios da floresta não conseguirem curar tais doenças.

Pesquisas na área médica têm apresentado resultados que notificam o aumento do índice de câncer nos povos indígenas. Uma investigação realizada com diversas etnias brasileiras avaliou os aspectos relacionados ao câncer em populações indígenas, segundo o citado estudo.

Apesar da baixa disponibilidade de dados de prevalência de câncer em populações indígenas, as estimativas indicam que a incidência da doença vem aumentando nessas comunidades. Embora haja evidências de menor incidência de câncer em povos indígenas, taxas de óbito mais elevadas foram relatadas nesses grupos, em relação à população em geral. Acredita-se que tais resultados adversos reflitam o estágio avançado do câncer no momento do diagnóstico, a falta de informação sobre a doença, a maior incidência de comorbidades e a disparidade no acesso a serviços específicos de saúde [7,p.331].

De acordo, com a pesquisa há um aumento do número de indígenas acometidos com a citada doença, mesmo que haja uma escassez de dados sobre o estado geral de saúde dos povos indígenas, estes apresentam um percentual maior de óbito em relação aos não indígenas. Entre os fatores apontados para o problema, está à ausência do diagnóstico inicial da doença, a dificuldade ao acesso a hospitais e profissionais de saúde, carência de programas de prevenção e campanhas educacionais. Ainda de acordo com a citada pesquisa o fator de mudança de comportamentos sociais tem alterado a saúde dos indígenas.

Segundo dados de estudos realizados com índios da comunidade Parkatejê, localizada na Amazônia, o contato mais estreito com a civilização desencadeou mudanças sociais e comportamentais; a substituição progressiva das atividades de caça pela vida sedentária e da dieta à base de carne de caça por dietas com alto teor de gordura levou a maiores taxas de sobrepeso e obesidade, além de maior risco de câncer de próstata. [7,p.333]

¹⁰ No período de trabalho de campo encontramos uma adolescente acometida de tuberculose.

Outro estudo na área de oncologia, também realizado com povos indígenas no Brasil, afirma que um dos fatores que pode contribuir para incidência de câncer está relacionado a mudança de hábitos culturais, segundo [8]

Historicamente, no perfil de morbidade e mortalidade dos povos indígenas no Brasil predominavam as doenças infecciosas e parasitárias. Entretanto a incorporação de novos hábitos culturais e urbanização contribuíram para o aumento da incidência das doenças crônicas degenerativas como o câncer.[8,p.10]

Diante da exposição feita por Osori e os estudos apresentados, a incidência de câncer no povo Karitiana pode está relacionado a diversos fatores, entre eles as mudanças dos hábitos culturais e alimentares.

Conforme apontado acima, aconteceram inúmeras mudanças socioambientais na aldeia Central nos últimos tempos. Porém, nos chamou atenção a fala de Bisy “*Mudou totalmente. Mudou pessoa, nós mesmo mudamos, mudamos de comportamento, pensamento, não é mais aquela pessoa ‘eu vou sobreviver caçando, pescando, fazendo artesanato’.* Hoje você ver mais capital”. (Aldeia Central, outubro/2016)

Essa mudança de comportamento, foi identificada em praticamente todas as falas dos entrevistados, através das expectativas frustradas em relação às compensações geradas pelo empreendimento, na visão dos indígenas muito dos seus problemas seriam solucionados com as compensações. O povo se sente ludibriado, a frase mais comum entre os entrevistados é “*a Santo Antônio não fez nada para nós*”. Outros ainda dizem “*A Santo Antônio, queria fazer as coisas para a gente, mas a FUNAI não deixou*”.

Ao mesmo tempo em que relatavam as queixas, também nos foi revelado, que o povo Karitiana foi beneficiado com compensações pelos impactos, entre as benfeitorias, encontram-se a construção da escola, de sanitários na comunidade, de um posto de saúde e um alojamento, receberam também veículos para facilitar o transporte da comunidade para a cidade de Porto Velho. Porém, os benefícios não se enquadram como “*projetos de desenvolvimento sustentável*”, que gerem renda e autonomia financeira.

Sugere-se que essas expectativas frustradas se configuram nos dias atuais como o maior problema, que resultou em inúmeros conflitos entre empreendimento, FUNAI e indígenas, os dois últimos mais agravantes. Foram mencionados vários projetos, desde criação de peixe a aquisição de equipamento para o cultivo de roças, que não foram cumpridos, ou que fracassaram.

Além de suscitar dependência e caracterizar uma prática tutelar e assistencialista, esse artifício suscita conflitos intra e interétnicos, que dificulta a mobilização e organização política dos indígenas que frequentemente são seduzidos pela empresa com pagamentos¹¹ ou são ameaçados pelo corte de projetos, tornando-se um dos argumentos utilizados para conduzir as negociações. Em entrevista, um membro da Associação do Povo Karitiana, relata que a princípio a entidade recebeu dinheiro das empresas, como compensação,

E outra que eu quero contar ainda, a associação, o outro coordenador, com essa expectativa de que a associação ia receber o dinheiro e ia entrar recurso pra associação, esse secretário, ele tirava cheque sem fundo, ficaram devendo na praça, aí os fornecedores começaram a entrar na justiça, querendo tirar bens da associação e até hoje nós estamos inadimplentes por isso” (Bisy, aldeia Central, Outubro/2016)

Além, dos problemas mencionados ainda foi possível identificar questões importantes como: ausência de documentos referentes ao processo de licenciamento da Santo Antônio e das atas das reuniões realizadas na aldeia, como também o desconhecimento e falta da participação nas audiências públicas pela maioria dos entrevistados. Os poucos que participaram também retratam que foram ludibriados, com as promessas realizadas.

Em entrevista, uma funcionária¹² do CIMI, que trabalha com os Karitiana descreve como o processo de consulta foi realizado.

Para os Karitiana mesmo, eles (a empresa) chegaram falando só os benefícios disso; chegaram colocando todos os benefícios sem os impactos que isso causaria e na verdade o que a empresa chama de audiência pública é ir... no caso consulta da comunidade, na verdade é uma mentira, por que eles chegam e fazem uma reunião, passam uma lista de presença, todo mundo assina e isso já é o consentimento da comunidade, como se isso fosse a consulta conforme prescreve 169 e na verdade isso não aconteceu”. (APARECIDA, out/2016)

Ao analisarmos a voz da comunidade impactada, é notório o caos gerado nesse cenário. Principalmente pelo desconhecimento do processo por parte dos indígenas, como relatou Bisy “Mas nós não esperava esse impacto. Por que a gente são carente de informação; por que quando você tem uma informação correta, você tem como aprofundar o que pode acontecer mesmo, seria mais vantagem, não estaria conivente ao que tá acontecendo” (Aldeia central, Outubro/2016)

¹¹ Durante o período de pesquisa, lideranças do povo Karitiana foram acusados de receber propina da empresa Odebrech na operação lava -jato, dinheiro que teria sido pago para que os indígenas não atrapalhassem a construção do empreendimento. Disponível: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/04/odebrecht-teria-pago-propina-ate-para-indios-policiais-e-centrais-sindicais.html>

¹² De acordo com informações do CIMI, este órgão está desde de 1995 com presença permanente na aldeia. O nome da funcionaria não foi revelado a pedido da mesma, denominaremos de Aparecida.

Durante as entrevistas, ficou claro que praticamente não houve resistência no processo de licenciamento ambiental, um pequeno grupo que levantou algumas questões, foi silenciado pelas promessas feitas. As lideranças também foram ofuscadas pela possibilidade da materialização das resoluções de muitos problemas da aldeia, e alguns ficaram à frente das negociações. Esse grupo incluía o presidente da Associação Karitiana e outras lideranças da comunidade. O que consequentemente ocasionou um enfraquecimento da figura do cacique, como relata a Osori “A FUNAI, não respeita o cacique, ninguém respeita, cacique tá fraquinho” (Aldeia central, outubro /2016)

É perceptível os pontos nevrálgicos do processo de licença ambiental no Brasil, a partir do licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, do Consórcio Santo Antônio Energia, que se destaca pelos conflitos de interesses, entre os empreendedores, o Estado e os atingidos, um embate de forças desiguais, de um lado, as empresas que buscam o lucro com a geração de energia e o Estado com o objetivo de conformar vidas, em nome do “progresso” e, na outra margem, as vítimas totalmente desinformadas e, por conseguinte, ludibriadas e usurpadas dos seus direitos a uma vida digna.

Nesse cenário, nos perguntamos qual o papel da escola indígena no contexto dos impactos?

Partimos da compreensão que a escola demarcadora territorial intercultural deve estar em sintonia com as demandas da comunidade onde está inserida. O trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição deve contemplar duas dimensões: uma que se refere a defesa de seu território e todos os processos que isso envolve (acesso a conhecimentos técnicos e científicos necessários a garantia de seus direitos) e a outra deve ser a contribuição na valorização de sua identidade étnica.

O povo Karitiana na última década está envolto em dois debates importantes, as mudanças ocorridas no seu território após a implantação das hidrelétricas do Madeira e a construção da proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente.

Para compreender esses processos distintos e imbricados ao mesmo tempo, realizamos reuniões e entrevistas guiadas pelas seguintes questões: como a escola participou do processo de consulta, resistência e compensação durante o processo de licenciamento; se os professores discutem os problemas de impactos na sala de aula, se sim, como isso acontece, se não, como poderiam debater.

Em relação a primeira questão, todos os entrevistados afirmaram que os professores não foram convidados para participar das reuniões durante o processo de licenciamento das

hidrelétricas do Complexo Santo Antônio. Porém, alguns falaram que estiveram presentes em algumas reuniões na aldeia com a equipe que respondia pelo empreendimento. As palavras de Boraty¹³, elucida esse momento:

Me lembro que a Associação Karitiana, quem acompanhou. A Santo Antônio fez muitas reuniões, isso eu lembro. Quem fica na cidade é quem acompanhou mais as reuniões”. “[...] para construir a escola foi muito difícil, foi muita luta. A gente foi lá, nós dialogamos com ele, a obra só saiu com a parceria da prefeitura.

A gente era muito fraco nas coisas do não-indígena e hoje estamos cada vez mais crescendo através da escola. A escola tem trazido sabedoria para os povos indígenas. Se a gente não sabe a coisa do não-indígena como vamos debater com ele? Se a gente fala as coisas sem saber a gente não é nada. (I’p ESCOLA KYOWÃ, AGOSTO/2017)

Os relatos dos professores parecem evidenciar a não participação destes no processo de consulta, resistência e compensação, como também o desconhecimento das palavras “alheias” que fazem parte do cenário do licenciamento.

A nosso ver o território deve ser um dos eixos norteadores do trabalho pedagógico nas escolas indígenas, devido a importância deste para os povos nativos, conforme [9] nos fala desse aspecto relevante:

[...] é fácil compreender a importância do território para os povos indígenas. Ele não está separado da vida. É o mundo onde se pode sonhar, viver uma relação educacional e poder fortalecer a cultura, a religiosidade, os costumes e dar significado para esse mundo. Alcançar a significação desse mundo e a relação com todos os seres. Os sentidos que os povos étnicos dão para o território está para além da compreensão da ciência ocidental. É por isso que os conflitos entre as sociedades indígenas e a sociedade ocidental vêm aumentando cada vez mais.[9,p.85]

O território e a natureza são a base da vivência material e espiritual dos povos indígenas, “O território é sempre a referência e a base de existência, e a língua é a expressão dessa relação”. [10]

Quando questionados se os conteúdos relacionados aos impactos eram trabalhos na escola, a maioria dos professores disseram que não, outros ainda acrescentaram,

“Eu acho que a escola precisa falar disso, mas nós não temos formação para isso” (PA’YJ- ESCOLA KYOWÃ, AGOSTO/2017).

*“Eu trabalho, de forma geral na minha disciplina” (bióloga – não indígena)
“Eu acho uma coisa importante. A gente fala de vez em quando” (I’P, - ESCOLA KYOWÃ, SETEMBRO/2017)).*

¹³Atribuímos aos participantes da entrevista, nomes de animais na língua Tupi-Arikém¹³ : Soty – tatu; I’p- peixe; Pat – arara; Boroty – paca; Obaky- onça; Pikom-macaco; Gy – papagaio; Pa’yj – jacu; JeoKon – tucano.

*“Eu acho que não é fácil e não tem como eu falar, eu trabalho com a matemática”
(BORATY- ESCOLA KYOWÃ, AGOSTO/2017),).*

*“pode ser trabalhado na escola, mas, nós não trabalhamos isso. Nós aprendemos
isso no dia -a – dia, senão nada disso estaria preservado. É vocês não indígenas
que precisam aprender” (SOSY, - ESCOLA KYOWÃ, SETEMBRO/2017).*

As falas revelam a necessidade de a escola indígena implantar a discussão ambiental em seu currículo, para discutir os problemas da comunidade e não de forma geral como é apresentado no livro didático; o anseio dos professores pela abordagem da temática e a insegurança na forma de efetivá-la,

Através das escutas, observações e vivências com os professores Karitiana, também ficou claro, que as questões territoriais surgem como fundamentais no currículo da educação indígena. Assim, os conceitos de território, territorialidade e pertencimento são fundamentais [11] em uma proposta pedagógica. Abordar os impactos socioambientais nos territórios indígenas e da consequente precariedade das condições de vida em seus espaços é função de uma educação comprometida com a cidadania e com o futuro e o presente de um povo.

Nessa perspectiva a escola deve ser instrumento de conscientização, como recurso que auxilia na condução de projetos de sustentabilidade das comunidades e de administração das instituições indígenas criadas pós-contato, como a escola.

É importante frisar a fala do professor Sosy que problematiza a questão do aprendizado relacionados aos impactos socioambientais no ambiente escolar, na sua visão deve ser trabalhado na escola, porém, isso deve ser uma prioridade para os não indígenas, pois são estes que impactam as terras que os indígenas tentam preservar.

O último ponto de análise dessa discussão diz respeito à questão anterior. Quais as dificuldades que os professores enfrentam para efetivar uma proposta pedagógica que tenha conexão com a vivência da aldeia, aos moldes da escola diferenciada, intercultural e bilíngue?

Optamos por transcrever integralmente a falas dos professores que manifestaram suas opiniões:

Primeiro, nós não temos acesso ao Projeto Político Pedagógico. Já pedimos, mas, não nos deram. Então, para ser educação indígena tem que ter o eixo da escola que é o Projeto Político Pedagógico. Esse tem que tá de acordo com os costumes do povo, que não está acontecendo. Outra, a escola diferenciada não tem que interferir na vida do aluno. Estamos segurando os alunos como se estivesse dentro de um chiqueiro. Isso não é educação diferenciada. Se o aluno vai pescar, caçar ou quebrar castanha, pedem para a gente botar falta na criança. O indígena tem que ter o espaço para educar seus filhos. Quem melhor representa a educação

indígena? Branco ou indígena? tem que se refletir sobre isso para ter educação diferenciada (SOSY, ESCOLA KYOWA, SETEMBRO/2017).

Esse modelo de escola descrito configura-se um demarcador territorial tradicional, um armazém aleatório de conteúdo, haja vista não ser orientada por um PPP elaborado pelos professores indígenas, este poderia garantir maior autonomia nos processos escolares, se fosse construído pela comunidade. A analogia que o professor Sosy faz ao comparar a escola a um “chiqueiro” reflete o poder que a escola exerce sobre estes, um demarcador que organiza os espaços, administra o tempo, hierarquiza, classifica e enclausura.

Afrouxar as amarras institucionais da organização da escola, construir um PPP com a participação de todos, criar um calendário específico, flexibilizar conteúdos, cronogramas e horários, talvez possa colaborar para o agenciamento de uma escola que envolva os múltiplos processos identitários do povo Karitiana.

Vou falar um pouquinho. Se a gente quer a escola diferenciada, nós professores, temos que assumir a autonomia dentro dela. Temos que assumir a gestão da escola. Porque nós indígenas temos conhecimentos dentro da comunidade. Eu entendo no meu ponto de vista, que muitos técnicos da Secretaria Estadual de Educação não vive dentro da aldeia, então, como ela vai ver nossa realidade. Essa distancia da SEDUC com a comunidade nunca vai conseguir vivenciar a escola diferenciada. A gente quer o funcionamento da escola diferenciada, mas, a gente não tem poder para administrar nossa escola. A escola tá muito distante do Estado, e o Estado não cuida da escola. Tá muito difícil para nós. Com certeza, se pudesse facilitar a autonomia para nós, a gente ia conseguir uma escola diferenciada (BORATY, ESCOLA KYOWA, SETEMBRO/2017).

As palavras do indígena, expressa o desejo de autonomia na gestão da escola. De acordo, com Luciano (10) um dos princípios para que se construa uma escola indígena de qualidade é: “Primeiro tem que ser dos índios, ou seja, precisa estar sob a gestão política, pedagógica administrativa da comunidade indígena”. No caso da escola da Aldeia Central, todas essas funções estão a cargo da SEDUC, o que não a torna diferenciada e nem específica, como adverte outro professor indígena: “Porque assim como eu já falei a escola segue a regra da escola padrão não-indígena. Nós professores não vivenciamos mais as coisas da aldeia” (JEOKON, ESCOLA KYOWA, SETEMBRO/2017).

A conjuntura atual da escola Karitiana, de acordo com o que foi exposto pelos professores apresenta inúmeros empecilhos para a efetivação de uma proposta de educação intercultural e diferenciada: (i) o modelo implementado ainda segue os padrões, currículos e diretrizes das escolas não indígenas; (ii) não há um calendário específico que respeite as

especificidades indígenas; (iii) a escola é gerida e administrada por não indígenas; (iv) não há serviço de apoio para o preparo da merenda; (v) não há projeto político pedagógico; (vi) não há materiais didáticos apropriados; (vii) não há participação da comunidade no planejamento e nas decisões referente à escola.

Outro problema relatado inúmeras vezes em conversas e em uma reunião com a coordenadora pedagógica, da qual fomos convidados a participar, diz respeito à falta de profissionais para atuar na secretaria da escola e no preparo da merenda. Segundo o professor Sosy: “não adianta a SEDUC comprar alimentos, se não há quem prepare” (Escola Kyowa, setembro/2017). Quanto às dificuldades de manutenção das escolas indígenas, [12] adverte,

Ainda o diálogo intercultural precisa considerar as condições econômicas e materiais da relação dialógica entre os atores envolvidos. Não adianta pensar em interculturalidade na educação se o sistema não cumpre suas obrigações materiais para que o diálogo ocorra, isto significa investimento na formação dos profissionais da educação, investimento em infraestrutura adequada aos interesses e realidade dos povos, não apenas impor escolas padronizadas e envio de merendas estragadas ou pouco valorizadas pelas culturas, e ainda materiais escolares homogeneizantes e fora da realidade, significa que chegue a merenda e que seja de qualidade, dentro do conceito de qualidade de cada povo e comunidade, significa que os povos indígenas sejam respeitados e valorizados. Como o Estado pode pretender dialogar se o tempo todo subordina seus interlocutores? Isso não é diálogo. Isso é monólogo, assim como o 75% significa um currículo monocultural nacional. [12,p.45]

As demandas apresentadas pelos professores no primeiro momento podem parecer um paradoxo, haja vista, expressarem a necessidade por uma escola que dê acesso aos inúmeros saberes científicos do não indígena e ao mesmo tempo, exigem que o “os modos de vida” do indígena sejam respeitados, como o tempo para caçar, a pescar, quebrar castanha, etc. Esse pensamento conflui com a ideia que índio puro é o indivíduo que vive na floresta, que caça e pesca sem direito ao acesso a tecnologia dos centros urbanos.

Nossa compreensão é que o desejo expresso pelos professores em ter acesso aos conhecimentos dos não indígenas e ao mesmo tempo reivindicar que seja respeitado o modo operacional do “mundo Karitiana”, pode ser traduzido em interculturalidade, na perspectiva de encontro como defende [10]

[...] interculturalidade como encontro de civilizações. Encontro não precisa ser necessariamente de confronto, de fusão ou de integração, aonde uma das partes precisa sempre perder ou ceder. Pode ser encontro de civilizações com alteridades e autonomias próprias, que estabelecem relações simétricas ou assimétricas e por vezes conflitantes, mas cada parte de acordo com seus interesses e situações históricas. [10,p.209]

Um ponto importante que precisa ser desmitificado pela sociedade não indígena é: o fato do indígena ter acesso à tecnologia, transportes automobilísticos e outros bens não significa deixar de ser indígena, eles apenas querem melhorar suas condições de vida, assim, como qualquer ser humano deseja.

Para finalizar essa discussão, registramos essa frase que resume o espírito da escola dos Karitiana: “Hoje os não indígenas pensam que a educação indígena tem um aspecto de redoma, para mim não é isso, é muito mais amplo. (SOSY, ESCOLA KYOWA, SETEMBRO/2017). O povo Tupi Arikém almeja ser donos das suas próprias perspectivas de futuro, construir uma escola da maneira que anseiam, para garantir a gestão de seu território e a livre autonomia do pensar na construção de projeto de identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa discussão ancorada em conceitos sobre interculturalidade e especificidade, visou oferecer subsídios que pudessem contribuir para construção de uma educação escolar que possam atender à demanda da comunidade, alicerçada na ideia de autonomia, que nos parece distante no horizonte, mas, não impossível de ser alcançada.

O povo Karitiana na última década está envolto em dois debates importantes, as mudanças ocorridas no seu território após a implantação das hidrelétricas do Madeira e a construção da proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente. Nesse contexto, são nítidos dois grandes desafios: como sobreviver aos impactos e como construir uma escola que permita dialogar com as demandas da comunidade.

Durantes as rodas de conversas, entrevistas e reuniões foi possível identificar a importância que a instituição escolar representa para os Karitiana e o significativo papel que é atribuído à essa instituição, o de promover o empoderamento político e técnico a partir da aquisição dos conhecimentos do não indígena, para que as relações com a sociedade sejam mais simétricas.

Pudemos perceber que embora os professores almejem uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, esses afirmam que esta não se realiza devido às inúmeras dificuldades que se interpõem à sua efetivação

REFERÊNCIAS

[1] VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **De volta para o passado: territorialização e 'ontrateritorialização' na história karitiana.** Sociedade e Cultura [Internet]. 2010; 13 (1): 55-65.

[2] MOSER, Lilian. **Os Karitiana no processo de desenvolvimento de Rondônia nas décadas de 1950 a 1990.** Recife: UFPE, 1997 (Dissertação de Mestrado).

[3] FONSECA, Igor et al. **Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal.** Revista do Serviço Público: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal, Brasília, v. 64, n. 1, p.07-29, 2013.

[4] LIMA, Maria Alice; KAPLAN, David.; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa **Hydrological controls of fisheries production in a major Amazonian tributary.** Ecohydrology, [s.l.], v. 10, n. 8, p.1-19, 10 out. 2017. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1002/eco.1899>.

[5] LEÃO, Auxiliadora Cruz. de Sá; AZANHA, Giberto; MARETTO, Luiz Carlos. **Diagnóstico final e potenciais interferências nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, lage, ribeirão e Uru-Eu-Wauwau.** Brasília: Santo Antônio Energia, 2005.

[6] SARDE NETO, Emilio. **Cosmografia Karitiana: território, educação e identidade étnica em Rondônia.** Dissertação. Universidade Federal de Rondônia, 2013.

[7] AGUIAR JUNIOR, Pedro Nazaré. et al. **Disparities in cancer epidemiology and care delivery among Brazilian indigenous populations.** Einstein (São Paulo), [s.l.], v. 14, n. 3, p.330-337, set. 2016.

[8] OLIVEIRA, Suliane Coelho Ribeiro. A incidência de câncer na população indígena no Brasil e a subnotificação dos casos. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, São Paulo, v. 11, n. 39, p.10-11, jan. 2015.

[9] REZENDE Maria Aparecida. **O território como um elemento indissociável da educação: um desafio para a formação de professores indígenas.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 34, p. 75-91, jan/abr.2015

[10] LUCIANO Gersem Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

[11] HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

[12] REPETTO, Maxim. **A Formalização das Propostas Pedagógicas das Escolas Indígenas e a construção de Cidadanias Diferenciadas.** Cadernos de Educação Escolar Indígena. PROESI: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008.